Os desafios da escrita jurídica: o impacto do uso inadequado das palavras na construção textual

Autor(res)

Márcio Alexandre Do Nascimento Chagas
Cristiano Fernandes
Miguel Pinto Netto
Mitterrand Alves Anselmo
Jeferson De Oliveira
Clarice Vaz Peres Alves
Andréa Cristiane Guimaro

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SUMARÉ

Introdução

Entende-se que a escrita jurídica exerce um papel fundamental na comunicação na área do Direito, viabilizando o registro preciso de normas, decisões e manifestações. No entanto, dificuldades gramaticais podem comprometer a clareza e a eficácia dos textos acadêmicos, prejudicando a coesão, a coerência e a argumentação jurídica. É importante ressaltar que a eficácia de uma escrita adequada não se restringe à formalidade processual, mas também à capacidade de persuasão e clareza na exposição das razões que justificam a intervenção do Poder Judiciário (Rodriguez, 2024). Este estudo considera a observação do impacto desses desafios na produção textual de estudantes de Direito, da Faculdade Anhanguera de Sumaré, considerando atividades de escrita e reescrita desenvolvidas individualmente e em colaboração, mediadas por processos interpsicológicos.

Objetivo

O objetivo é analisar o impacto do uso inadequado de palavras na escrita jurídica, mostrando como a escolha imprecisa de termos pode afetar a transmissão da ideia. A pesquisa focou em atividades de escrita e reescrita individuais e colaborativas, mediadas por processos interpsicológicos, visando aprimorar a qualidade e a expressão escrita dos alunos de Direito.

Material e Métodos

A pesquisa seguiu uma abordagem intervencionista e qualitativa para descrever e compreender o fenômeno estudado. A intervenção pedagógica, "Escrita Jurídica: teoria e prática", foi realizada em quatro instituições do grupo Cogna, incluindo a Faculdade Anhanguera de Sumaré, por se tratar de um grupo de estudos multicêntrico, no segundo semestre de 2024. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em 2023. O curso incluiu 10 encontros presenciais de 2h30 cada, entre agosto e novembro, com 14 acadêmicos de Direito.
As atividades focaram na prática de escrita argumentativa sobre temas jurídicos polêmicos, utilizando a ferramenta

WebQuest para pré e pós-testes. Os participantes também realizaram revisões colaborativas e individuais, culminando na reescrita dos textos. A avaliação incluiu triangulação de dados com questionários e análise documental de 28 textos, baseando-se em critérios de cinco aspectos lógico-semânticos e linguísticos.

Resultados e Discussão

A coleta de dados ocorreu por meio do curso de extensão aplicado aos alunos do curso, utilizando pré e pós-testes. No pré-teste, a análise da precisão vocabular revelou que 11 estudantes escolheram adequadamente as palavras, atendendo plenamente ao critério, enquanto 3 apresentaram desempenho parcial. Nenhum texto foi classificado negativamente. A maioria demonstrou competência na seleção de termos, expressando claramente as ideias, embora alguns tenham mostrado imprecisão lexical.
Já no pós-teste, 5 participantes avaliaram que atenderam plenamente ao critério de precisão vocabular, enquanto 9 o cumpriram parcialmente. Nenhum considerou que não atendeu ao critério. Esses resultados indicam avanços na escolha das palavras, mas também reforçam a persistência de dificuldades lexicais. A análise evidencia a necessidade de aprimorar a coesão e a precisão lexical, pois a falta desses elementos pode comprometer a clareza e a eficácia da comunicação escrita (Gidi, 2023).

Conclusão

A pesquisa mostrou avanços na precisão vocabular na escrita jurídica, com melhorias na clareza e organização dos textos dos alunos da Faculdade Anhanguera de Sumaré. O pré-teste apontou dificuldades na escolha de palavras, enquanto o pós-teste revelou progresso parcial, destacando a importância da prática contínua para aprimorar a expressão escrita. Os resultados indicam que o desenvolvimento da escrita jurídica exige esforços processuais e estratégias que promovam coesão e adequação lexical.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

GIDI, Antonio. Redação Jurídica Estilo Profissional: Forma, Estrutura, Coesão e Voz. Capa comum. 2023. 640 p. Editora Juspodivm, 2024. ISBN 978-8544251348.

RODRIGUEZ, V. G. Argumentação Jurídica. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2024. 590 p. ISBN 978-85-469-0617-8.